

# Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2020, exceto quando especificado de outra forma.

## 1. Considerações iniciais

O ano de 2021 ainda foi marcado pelos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade econômica. Excluindo novas migrações, o consumo de energia no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") apresentou um incremento de cerca de 4% e de 13% quando consideradas as novas migrações. O consumo no ACL atingiu cerca de 22,8 GWm, o que equivale a cerca de 34% do consumo total do país.

Apesar de 2021 ter sido marcado por momentos de preços elevados devido, entre outros motivos, à escassez hídrica, as migrações em 2021 fecharam com o segundo maior número de unidades consumidoras, atrás apenas de 2020. Apesar disso, essas unidades agregaram cerca de 14% a menos do que o volume das unidades que migraram em 2020. Essa diferença pode ser atribuída ao perfil cada vez menor de consumidores que migram ao ACL.

Com base em seu histórico de sucesso e no compromisso com a satisfação plena das exigências de seus clientes, a expectativa é de que a Companhia se mantenha em posição de destaque no mercado de comercialização de energia.

A CPFL Brasil controla a CPFL Meridional, Sul Geradora, e CPFL Brasil Varejista, que atuam no segmento de comercialização de energia, além da CPFL Cone Sul, empresa que foi utilizada como veículo para a mais recente movimentação estratégica do grupo CPFL Energia, a aquisição da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T ("CPFL Transmissão").

## 2. Comentário sobre a conjuntura

### Ambiente macroeconômico

O ano de 2021 testemunhou o princípio da superação da pandemia de Covid-19. Apesar do mundo ter vivido as ondas mais letais da pandemia, também foi o ano em que as vacinas começaram a ser amplamente disseminadas (ainda que com enorme heterogeneidade, em termos globais). A combinação de vacinação e contaminação prévia tem proporcionado uma proteção importante à população, ainda que novas variantes continuem surgindo, como foi o caso da Delta e, mais recentemente, da Ômicron. Olhando a evolução da pandemia ao longo de 2021, fica claro o alívio gradual vivenciado pelos sistemas de saúde e a retomada da mobilidade. Deve-se notar, no entanto, que este movimento não é uniforme: em alguns países, há maior

resistência à vacinação; em outros, há falta de vacinas. Apesar de grandes avanços na superação da pandemia, ainda não se pode dizer que seus impactos econômicos tenham sido totalmente superados em 2021.

A gradativa normalização das atividades não foi suficiente para reverter o movimento de consumo de bens muito superior ao consumo de serviços. Três fatores contribuíram para manter a demanda por bens historicamente elevada durante todo o ano:

- i) os pacotes de estímulos, tanto fiscais quanto monetários, auxiliaram na manutenção da renda e consumo total em 2020 e início de 2021, apesar do aumento substancial da poupança das famílias. Este fenômeno foi reforçado nos EUA em 2021, com os pacotes de recomposição de renda efetuados no início do mandato de Biden;
- ii) a normalização incompleta do consumo de serviços: num ambiente de manutenção de renda, o que não foi direcionado à poupança foi, por exclusão, consumido; como em boa parte do ano as restrições à mobilidade e os temores relativos à pandemia ainda vigoravam, o deslocamento da demanda aos padrões pré-pandemia foi incompleto;
- iii) a readequação dos níveis de estoques ótimos: os gargalos de produção enfrentados ao longo de 2020 continuaram restringindo a oferta em 2021 e a resposta encontrada por fabricantes e varejistas foi elevar seus estoques, de matérias primas a produtos acabados, elevando ainda mais a demanda global.

Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelos *lockdowns* e pelas descontinuidades nas cadeias de insumos. Houve progresso na normalização das cadeias, porém é um processo que apenas se iniciou em 2021 e deve se completar apenas em meados de 2022.

A consequência desta normalização incompleta da economia em 2021, com demanda por bens ainda elevada e oferta restrita, resultou em preços mais elevados em todas as etapas da cadeia, de *commodities*, fretes, preços ao produtor e consumidor. A alta inflação, como se viu, deveu-se muito mais à incapacidade de resposta da oferta do que a um crescimento exuberante da economia.

A alta de preços de *commodities*, como seria de se esperar, repercutiu positivamente sobre as exportações brasileiras. No acumulado de 2021, as exportações somaram US\$ 280,4 bilhões, um crescimento de 34%. Com isso, o saldo comercial foi de US\$ 61,0 bilhões, recorde histórico, ajudando a manter a folga nas contas externas.

No Brasil, apesar da folga nas contas externas e da alta de juros no segundo semestre, a intensificação das incertezas fiscais parece ter contribuído para a depreciação da moeda. De fato, para além do movimento esperado pela valorização do dólar frente a outras moedas, as discussões domésticas sobre a PEC dos Precatórios e alteração do teto de gastos, a fim de viabilizar o Auxílio Brasil, parecem ter sido essenciais para amplificar a pressão sobre o real no último trimestre do ano. Apesar das intervenções do BC, a piora do ambiente doméstico e externo fez com que o câmbio passasse de uma média de R\$ 5,23/US\$ no terceiro trimestre de 2021 para R\$ 5,59/US\$ no último trimestre. Em termos reais, a taxa de câmbio brasileira encerrou o ano de 2021 cerca de 35% acima da média verificada entre 2015 e 2019. A depreciação cambial combinada à alta de preços *commodities* resultou num choque inflacionário. Este choque foi visto tanto nos preços no atacado quanto nos preços ao consumidor.

A inflação bem acima da meta e acelerando, com núcleos em patamar desconfortável, fez com que o Banco Central reagisse tempestivamente. O ano se iniciou com a taxa de juros básica em 2% ao ano, mínimo histórico, porém já a partir de março o Banco Central deu partida ao ajuste da política monetária e da taxa de juros, que encerrou 2021 no patamar de 9,25% ao ano.

Apesar da alta dos juros ao longo do ano, o crédito ainda mostrou um bom desempenho em 2021, sendo uma fonte importante de sustentação do consumo. Este último ainda foi favorecido pela recuperação do mercado de trabalho e pela concessão de auxílios governamentais. O Auxílio

Emergencial atingiu menos famílias em 2021 do que em 2020 e teve um ticket médio menor, reduzindo o alívio aos orçamentos familiares. Por outro lado, a população ocupada continuou abatida pelas restrições por conta da pandemia no primeiro semestre – mas mostrou uma rápida recuperação no segundo semestre, com o avanço da vacinação e melhora do quadro sanitário.

Dados esses fatores, o consumo cresceu relativamente pouco em 2021, na comparação com o patamar final de 2020. Chegou a ultrapassar o consumo de 2019, pré-pandemia, em vários meses, mas perdeu fôlego nos últimos meses do ano.

### 3. Desempenho operacional

#### Vendas de energia:

Em 2021, as vendas de energia para clientes livres e por meio de negociações bilaterais foi de 12.859 GWh, o que representa uma queda de 19,0% (3.021 GWh) em relação a 2020.

### 4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. Destacamos que os números abaixo demonstrados são da CPFL Brasil controladora, uma vez que a CPFL Cone Sul uma de suas subsidiárias, foi veículo de aquisição da CPFL Transmissão. Os números da CPFL Transmissão estarão demonstrados em seu Relatório da Administração Societário e Regulatório, em sua demonstrações financeiras individuais e nas notas de combinação de negócios da CPFL Energia.

**Receita operacional:** A receita operacional bruta foi de R\$ 2.864 milhões em 2021, representando uma queda de 15,6% (R\$ 528 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 298 milhões em 2021, representando uma redução de 28,8% (R\$ 121 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 2.566 milhões em 2021, representando uma redução de 13,7% (R\$ 408 milhões).

**Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA foi de R\$ 29 milhões em 2021, representando uma queda de 77,0% (R\$ 99 milhões), devido à redução de 13,7% (R\$ 408 milhões) na receita líquida. Este resultado foi parcialmente compensado (i) pela redução de 9,7% (R\$ 278 milhões) no custo com energia elétrica; (ii) pelo aumento de 37,9% (R\$ 28 milhões) na equivalência patrimonial; e (iii) pela redução de 7,1% (R\$ 4 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros Custos/Despesas Operacionais). A redução no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Redução de 13,0% (R\$ 4 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 18,4% (R\$ 0.2 milhões) nas despesas com material e serviços de terceiros;
- ✓ Redução de 24,6% (R\$ 1 milhões) em outros custos/despesas operacionais.



**Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA**

	2021	2020
<b>Lucro Líquido</b>	<b>35.888</b>	<b>133.423</b>
Depreciação e Amortização	3.849	3.783
Amortização Mais Valia de Ativos	3.264	3.918
Resultado Financeiro	(30.844)	(43.517)
Contribuição Social	4.602	8.129
Imposto de Renda	12.782	22.608
<b>EBITDA</b>	<b>29.541</b>	<b>128.343</b>

\*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

**Lucro líquido:** a CPFL Brasil apurou lucro líquido de R\$ 36 milhões em 2021, representando uma redução de 73,1% (R\$ 98 milhões), devido às seguintes reduções: (i) de 77,0% (R\$ 99 milhões) no EBITDA; e (ii) de 29,1% (R\$ 13 milhões) na receita financeira líquida. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelas reduções: (i) de 43,4% (R\$ 13 milhões) em Imposto de Renda e Contribuição Social; e (ii) de 16,7% (R\$ 0,7 milhão) na Amortização de Mais Valia de Ativos.

**Endividamento:** no final de 2021, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Brasil atingiu R\$ 1.986 milhões, um aumento de 155,2%.

## 5. Investimentos

Em 2021, foram investidos R\$ 7 milhões, destinados principalmente ao aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

## 6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

**Plano de sustentabilidade:** organizado em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, se desdobra em 15 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Plataforma de sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.



**Comitê de sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

**Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação.

## 7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) foi contratada pela CPFL Brasil para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e de revisão das informações intermediárias, a KPMG prestou serviços de assecuração de *covenants* e revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF).

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## 8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Brasil agradece aos seus clientes, fornecedores e parceiros pela confiança depositada na Companhia no ano de 2021. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

### ***A Administração***

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**

**CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	174.525	170.956	924.864	174.738
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	238.319	320.418	338.223	320.823
Dividendo e juros sobre o capital próprio		-	18.337	-	17.946
Títulos e valores mobiliários		-	-	108.121	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	22.033	6.637	39.455	6.677
Outros tributos a compensar	7	18.083	6.766	21.263	6.766
Estoques		-	-	32.632	-
Ativo Contratual	10	-	-	787.505	-
Outros ativos	9	4.382	1.835	261.949	3.216
<b>Total do circulante</b>		<b>457.343</b>	<b>524.949</b>	<b>2.514.013</b>	<b>530.166</b>
<b>Não circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários		-	-	7	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	17.123	334.019	17.123	337.216
Mútuo entre Coligadas, controladas e controladora	27	26.317	4.165	9.447	-
Depósitos judiciais	20	1.068	585	102.654	585
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	63	-	63	-
Outros tributos a compensar	7	86.864	1.270	86.879	1.281
Ativo Contratual	10	-	-	3.383.153	-
Derivativos	29	29.165	23.906	29.165	23.906
Créditos fiscais diferidos	8	-	-	679	732
Outros ativos	9	24	24	4.158	24
Investimentos	11	3.037.148	406.159	431.557	401.129
Imobilizado	12	2.687	2.559	94.271	2.559
Intangível	13	18.705	14.807	876.163	15.253
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.219.164</b>	<b>787.494</b>	<b>5.035.320</b>	<b>782.684</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.676.507</b>	<b>1.312.443</b>	<b>7.549.333</b>	<b>1.312.850</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	14	203.029	251.245	239.232	251.594
Empréstimos e financiamentos	15	19.951	966	676.039	966
Debêntures	16	6.647	1.986	6.647	1.986
Entidade de previdência privada	17	-	-	102.178	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	-	2.883	34.395	2.887
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	7.391	9.394	22.407	9.398
Mútuo entre Coligadas, controladas e controladora	27	-	451.124	-	451.124
Dividendo e juros sobre capital próprio	27	8.523	1.315	21.611	1.315
Obrigações estimadas com pessoal		2.763	2.507	21.896	2.507
Outras contas a pagar	19	12.905	16.691	140.951	16.741
<b>Total do circulante</b>		<b>261.209</b>	<b>738.112</b>	<b>1.265.356</b>	<b>738.519</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	14	132.163	131.127	132.163	131.127
Empréstimos e financiamentos	15	1.306.286	128.357	1.329.877	128.357
Debêntures	16	219.854	219.784	219.854	219.784
Entidade de previdência privada	17	-	-	706.184	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	604	-	646	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	-	-	5.218	-
Débitos fiscais diferidos	8	17.891	452	269.080	452
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	17	31	324.382	31
Derivativos	29	11.508	-	11.508	-
Mutuo entre coligadas, controladas e controladora		401.845	-	401.845	-
Outras contas a pagar	19	5.252	4.711	215.492	4.711
<b>Total do não circulante</b>		<b>2.095.420</b>	<b>484.461</b>	<b>3.616.249</b>	<b>484.461</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
	21				
Capital social		1.352.828	3.000	1.352.828	3.000
Reserva de lucros		33.294	5.980	33.294	5.980
Dividendo		-	87.876	-	87.876
Resultado abrangente acumulado		(66.244)	(6.986)	(66.244)	(6.986)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	1.347.850	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.319.878</b>	<b>89.871</b>	<b>2.667.728</b>	<b>89.871</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>3.676.507</b>	<b>1.312.443</b>	<b>7.549.333</b>	<b>1.312.850</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	22	<b>2.566.161</b>	<b>2.974.032</b>	<b>2.837.724</b>	<b>2.976.971</b>
<b>Custo com serviços</b>					
Custo com energia elétrica	23	(2.597.292)	(2.875.101)	(2.578.068)	(2.875.488)
<b>Custo com operação</b>		<b>(13.222)</b>	<b>(15.926)</b>	<b>(122.008)</b>	<b>(15.930)</b>
Depreciação e amortização		(205)	(185)	(4.517)	(189)
Outros custos com operação	24	(13.017)	(15.741)	(117.491)	(15.741)
<b>Custo com serviço prestado a terceiros</b>		-	-	(59.004)	-
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>(44.353)</b>	<b>83.005</b>	<b>78.644</b>	<b>85.553</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(1.013)</b>	<b>(2.599)</b>	<b>(1.566)</b>	<b>(2.599)</b>
Depreciação e amortização		(3)	(7)	(3)	(7)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(999)	(2.581)	(995)	(2.581)
Outras despesas com vendas	24	(11)	(11)	(568)	(11)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(33.170)</b>	<b>(32.338)</b>	<b>(67.139)</b>	<b>(32.683)</b>
Depreciação e amortização		(3.642)	(3.592)	(3.810)	(3.279)
Outras despesas gerais e administrativas	24	(29.528)	(28.746)	(63.329)	(29.404)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(1.275)</b>	<b>(1.555)</b>	<b>(16.257)</b>	<b>(1.567)</b>
Amortização de intangível da concessão		-	-	(10.827)	-
Outras despesas operacionais	24	(1.275)	(1.555)	(5.430)	(1.567)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>(79.812)</b>	<b>46.512</b>	<b>(6.316)</b>	<b>48.704</b>
Resultado de participações societárias	11	102.240	74.131	107.899	72.144
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	25	94.061	67.151	119.104	67.701
Despesas financeiras	25	(63.217)	(23.633)	(97.023)	(23.637)
		<b>30.844</b>	<b>43.517</b>	<b>22.081</b>	<b>44.064</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>53.272</b>	<b>164.160</b>	<b>123.664</b>	<b>164.913</b>
Contribuição social	8	(4.602)	(8.129)	(20.082)	(8.334)
Imposto de renda	8	(12.782)	(22.608)	(55.265)	(23.155)
		<b>(17.384)</b>	<b>(30.737)</b>	<b>(75.347)</b>	<b>(31.489)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>35.888</b>	<b>133.423</b>	<b>48.317</b>	<b>133.423</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				35.888	133.423
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				12.429	-
Lucro líquido básico e diluído - R\$		2,69	44,47	2,69	44,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>35.888</b>	<b>133.423</b>	<b>48.317</b>	<b>133.423</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	2.023	(58)	(28.633)	(58)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(61.281)	(1.501)	(61.281)	(1.501)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(23.370)</b>	<b>131.864</b>	<b>(41.597)</b>	<b>131.864</b>
<b>Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores</b>			<b>(54.026)</b>	<b>131.864</b>
<b>Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores</b>			<b>12.429</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020.**  
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva de retenção de lucros						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.000</b>	-	<b>600</b>	<b>5.380</b>	<b>29.701</b>	<b>53.397</b>	<b>(5.426)</b>	-	<b>86.651</b>	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	133.423	133.423	-	133.423
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.501)	-	(1.501)	-	(1.501)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(58)	-	(58)	-	(58)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>											
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	(29.701)	-	-	-	(29.701)	-	(29.701)
Reversão de reserva de capital por perda em investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>											
Dividendo intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(44.000)	(44.000)	-	(44.000)
Aprovação da proposta de JCP	-	-	-	-	-	-	-	(1.547)	(1.547)	-	(1.547)
Aprovação de dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(53.397)	-	-	(53.397)	-	(53.397)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	87.876	-	(87.876)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.000</b>	-	<b>600</b>	<b>5.380</b>	-	<b>87.876</b>	<b>(6.986)</b>	-	<b>89.871</b>	-	<b>89.871</b>
<b>Resultado abrangente total</b>											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(59.258)	35.888	(23.370)	(18.227)	(41.597)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(61.281)	-	(61.281)	-	(61.281)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	2.023	-	2.023	(30.656)	(28.633)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>											
Reserva Legal	-	-	1.794	-	25.520	-	-	(27.314)	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	1.794	-	-	-	-	(1.794)	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	25.520	-	-	(25.520)	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	<b>1.349.828</b>	-	-	-	-	<b>(87.876)</b>	-	<b>(8.574)</b>	<b>1.253.379</b>	<b>1.366.077</b>	<b>2.619.455</b>
Aumento de capital por integralização de AFAC	1.350.000	-	-	-	-	-	(1.350.000)	-	-	-	-
Combinação de negócios (nota 11.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.370.307	1.370.307
Redução do capital em controladas	(172)	-	-	-	-	-	-	(50)	(222)	-	(222)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(8.523)	(8.523)	-	(8.523)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	1.350.000	-	1.350.000	-	1.350.000
Dividendo distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.230)	(4.230)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	(87.876)	-	-	(87.876)	-	(87.876)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.352.828</b>	-	<b>2.394</b>	<b>5.380</b>	<b>25.520</b>	-	<b>(66.244)</b>	-	<b>1.319.878</b>	<b>1.347.850</b>	<b>2.667.728</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e de 2020**  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>53.272</b>	<b>164.160</b>	<b>123.664</b>	<b>164.913</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	3.849	3.783	19.157	3.474
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	170	168	24.708	168
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	999	2.581	1.552	2.582
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	60.040	19.032	82.075	19.186
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	21.798	-
Equivalência patrimonial	(102.240)	(74.131)	(107.900)	(72.144)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	34	61	34	61
Créditos tributários (nota 7.a)	(85.077)	-	(85.077)	-
Outros	-	-	15.924	-
	<b>(68.953)</b>	<b>115.654</b>	<b>95.935</b>	<b>118.240</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	397.997	(362)	410.481	(1.094)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	110.409	103.430	108.706	102.530
Tributos a compensar	(13.160)	4.289	(12.565)	4.548
Depósitos judiciais	(459)	(42)	(7.096)	(42)
Adições de ativo de transmissão	-	-	(80.026)	-
Outros ativos operacionais	(2.486)	746	1.742	747
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	(47.180)	(10.592)	(45.560)	(10.955)
Outros tributos e contribuições sociais	(6.136)	(3.025)	1.148	(3.045)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(21.149)	-
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(176)	(481)	(15.750)	(481)
Outros passivos operacionais	(2.990)	(2.788)	5.502	(2.789)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>366.866</b>	<b>206.829</b>	<b>441.368</b>	<b>207.658</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(12.190)	(30.211)	(15.216)	(30.211)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.865)	(57.666)	(47.670)	(58.371)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>337.811</b>	<b>118.952</b>	<b>378.482</b>	<b>119.077</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	-	-	(2.191.595)	-
Aquisições de imobilizado	(682)	(276)	(3.051)	(276)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	-	-	(1.344)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	-	3.986	1.289
Adições de Intangível	(7.288)	(4.734)	(7.830)	(4.734)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.679.857)	-	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(26.086)	(342)	(9.502)	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	4.051	117	355	3
Recebimento referente alienação de investimentos	-	-	217.419	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(2.709.862)</b>	<b>(5.235)</b>	<b>(1.990.218)</b>	<b>(5.062)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Captação de empréstimos e debêntures	1.181.955	107.000	1.181.955	107.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-	(807.583)	(14.021)	(807.583)
Liquidação de operações com derivativos	670	305.908	670	305.908
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.350.000	-	1.350.000	-
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(89.191)	(128.298)	(89.191)	(128.298)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	-	472.500	-	472.500
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(67.813)	(26.003)	(67.550)	(26.004)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>2.375.621</b>	<b>(76.476)</b>	<b>2.361.863</b>	<b>(76.477)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.570</b>	<b>37.241</b>	<b>750.125</b>	<b>37.536</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>170.956</b>	<b>133.714</b>	<b>174.738</b>	<b>137.203</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>174.525</b>	<b>170.956</b>	<b>924.864</b>	<b>174.739</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado para o exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>1 - Receita</b>	<b>2.871.398</b>	<b>3.394.622</b>	<b>3.203.230</b>	<b>3.398.556</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.864.429	3.392.913	2.835.285	3.396.847
1.2 Remuneração do ativo contratual	-	-	230.784	-
1.3 Receita de operação e manutenção transmissão	-	-	98.739	-
1.4 Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	32.007	-
1.5 Receita relativa à construção de ativos próprios	7.968	4.291	7.968	4.291
1.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(999)	(2.581)	(1.553)	(2.581)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(2.882.347)</b>	<b>(3.182.714)</b>	<b>(3.030.149)</b>	<b>(3.183.798)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(2.862.029)	(3.168.156)	(2.849.135)	(3.168.581)
2.2 Material	(703)	(329)	(2.068)	(329)
2.3 Serviços de terceiros	(16.169)	(10.685)	(65.501)	(11.331)
2.4 Outros	(3.445)	(3.544)	(113.448)	(3.556)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>(10.949)</b>	<b>211.908</b>	<b>173.081</b>	<b>214.759</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(3.849)</b>	<b>(3.783)</b>	<b>(19.157)</b>	<b>(3.475)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(3.849)	(3.783)	(8.330)	(3.475)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(10.827)	-
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>(14.798)</b>	<b>208.125</b>	<b>153.924</b>	<b>211.284</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>198.896</b>	<b>144.480</b>	<b>229.616</b>	<b>143.076</b>
6.1 Receitas financeiras	96.656	70.350	121.716	70.932
6.2 Equivalência patrimonial	102.240	74.131	107.899	72.144
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>184.098</b>	<b>352.605</b>	<b>383.540</b>	<b>354.360</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>26.856</b>	<b>30.867</b>	<b>56.341</b>	<b>30.867</b>
8.1.1 Remuneração direta	15.945	16.749	25.672	16.749
8.1.2 Benefícios	9.636	12.792	18.565	12.792
8.1.3 F.G.T.S	1.274	1.327	12.104	1.327
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>57.562</b>	<b>164.173</b>	<b>179.344</b>	<b>165.915</b>
8.2.1 Federais	(33.924)	45.316	87.030	46.363
8.2.2 Estaduais	91.479	118.850	92.307	119.546
8.2.3 Municipais	7	6	7	6
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>63.792</b>	<b>24.142</b>	<b>99.539</b>	<b>24.156</b>
8.3.1 Juros	63.211	23.619	96.627	23.621
8.3.2 Aluguéis	581	523	2.911	535
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>35.888</b>	<b>133.423</b>	<b>48.317</b>	<b>133.423</b>
8.4.1 Dividendos (incluir adicional proposto)	8.523	131.876	20.994	131.876
8.4.2 Lucros retidos	27.365	-	27.323	-
8.4.3 Juros sobre capital próprio (Incluindo adicional proposto)	-	1.547	-	1.547
	<b>184.098</b>	<b>352.605</b>	<b>383.540</b>	<b>354.360</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional, bem como a participação no capital social de outras sociedades. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). A Sede administrativa da Companhia está localizada à Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Em 16 de julho de 2021, a controlada CPFL Cone Sul foi classificada em primeiro lugar no âmbito do leilão nº 01/2021, referente à alienação do controle acionário da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T (“CPFL Transmissão”), realizado pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“Leilão”), nota explicativa 11.2.

A CPFL Brasil é uma Companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Controladora”).

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas:

<u>Comercialização de energia</u>	<u>Tipo de sociedade</u>	<u>Atividade preponderante</u>	<u>Participação societária</u>
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda (“CPFL Meridional”)	Sociedade limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Direta 100%
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda (“CPFL Cone Sul”)	Sociedade limitada	Comercialização de energia e participação no capital social de outras companhias	Indireta 100%
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda (“CPFL Brasil Varejista”)	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Indireta 100%

  

<u>Transmissão de energia</u>	<u>Tipo de sociedade</u>	<u>Participação societária</u>	<u>Localização (Estado)</u>
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão”) (d)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 66,08%	Rio Grande do Sul
Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (TESB)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 62,26%	Rio Grande do Sul

  

<u>Outras</u>	<u>Tipo de Sociedade</u>	<u>Atividade preponderante</u>	<u>Participação societária</u>
Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”)	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 99,95%

**1.1 Controladas Operacionais**

**CLION Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda (“CPFL Meridional”)**



Controlada integral da Companhia, a Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. (“CPFL Meridional”), localizada na Rua Mario de Boni, 1902 - Bairro Floresta - Caxias do Sul - RS - CEP: 95012-580, é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar e prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

#### **CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda (“CPFL Cone Sul”)**

Controlada integral da Companhia, a CPFL Comercialização Cone Sul S.A. (“CPFL Cone Sul”), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Côrrea, 1632, Parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE, bem como a participação no capital social da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T (“CPFL Transmissão”).

#### **CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda (“CPFL Brasil Varejista”)**

Controlada integral da Companhia, a CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda (“CPFL Brasil Varejista”), foi constituída em 2 de dezembro de 2014 estando localizada na Rua Jorge de Figueiredo Côrrea, 1632, Setor Parte, Jardim Professora Tarcília – Campinas – SP, CEP 13087-397, sendo uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar energia bem como assessoramento estratégico, institucional e financeiro para possíveis compradores e vendedores de energia elétrica. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

#### **Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”)**

Com participação de 99,95% da Companhia, a Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”), localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino – Campinas – SP, CEP: 13088-900, é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação.

#### **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T (“CPFL Transmissão”)**

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T (“CPFL Transmissão”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. O término desta concessão de acordo com o último contrato firmado está previsto para 31 de março de 2051. A CPFL Transmissão possui como controlada direta a Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (“TESB”) com 94,22% de participação, e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral. Por sua vez a TESB tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, montagem, operação e manutenção das instalações de transmissão linhas e subestações pelo prazo de 30 anos. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041. A Companhia assumiu o controle da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T, em 14 de outubro de 2021, para mais detalhes vide nota 11.2 - aquisição da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (“CPFL Transmissão”).

#### **1.1.1 Coligadas - Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T (“CPFL Transmissão”)**

##### **a. Transmissora Porto Alegrense Ltda (TPAE)**

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T) e a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda (TPAE) com a seguinte composição acionária: Procable, 80% e CEEE-T, 20%.

Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda (TPAE) venceu o Leilão da ANEEL, processo nº 48500.000368/2009-18, para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-T seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable, pela preparação dos projetos básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de maio de 2019, foi aprovado aumento de capital da TPAE, no entanto a CEEE-T optou por não acompanhar a integralização de capital, reduzindo sua participação de 20% para 9,65%.

#### **b. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU)**

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) firmou o Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos – Santa Marta de 230 kV, bem como às subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a essas. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-T possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

### **1.2 Coligadas**

#### **RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE”)**

Com participação de 10,989% da Companhia, a RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE SUL”), localizada na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo - RS, sendo uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

### **1.3 Impactos do COVID-19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID -19 vem provocando e ainda possa provocar.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;



- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas e coligadas, para o ano findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas demonstrações financeiras estão na PCLD – Provisão para crédito liquidação duvidosa, nota explicativa 6.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

## **( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil – (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Companhia também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de março de 2022.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos

mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 está apresentada na nota 28 de Instrumentos Financeiros.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 9 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 10 – Ativo contratual (principais premissas sobre a mensuração do ativo de contrato, margens de O&M, etc. em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 11 – Investimentos - Combinação de Negócios aquisição de controlada: valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em bases provisórias;
- Nota 12 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 18 – Impostos, taxas e contribuições a recolher (Incertezas sobre tributos sobre o lucro);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 28 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.



## 2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em atividades de: (i) comercialização de energia (“Comercialização”); (ii) transmissão de energia elétrica (“Transmissão”).

## 2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controlada, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1.

## 2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

## ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

### 3.2 Contratos de concessão

#### Transmissoras:

A transmissora da Companhia é responsável por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo.

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia atribuiu margens para o reconhecimento de receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após alocação das respectivas margens.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, esclarece que:

- i. Atribuiu margens esperadas de construção entre 5,1% e 7,8%, antes dos impostos, e de operação e manutenção entre 7% e 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens.
- ii. A atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 18% a.a.
- iii. A companhia monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a e 16% a.a

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### – Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 26). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia, a Companhia mantém política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela Companhia relacionados a compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

#### – Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas

mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2021, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado. Vide nota explicativa 14.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 26.

#### – Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### 3.4 Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

### 3.5 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados na atividade de transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados

inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

### 3.6 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões e *software*.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

### 3.7 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

#### – Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas provisões de condições futuras que não afetaram o



período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9/ CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

#### – Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### 3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### 3.9 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

### **3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### **3.11 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia e das suas controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.



Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura das transmissoras é registrada de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, tendo como contrapartida um ativo contratual.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

o Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.

o Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos pelo regime de competência sobre o montante a receber da receita de construção.

o Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

### **3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas e coligada registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A coligada registra, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

### 3.14 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio. Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

### 3.15 Base de consolidação

#### (i) Combinação de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

#### (ii) Controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia. Para as coligadas no momento da aquisição da participação.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Transmissão é consolidada integralmente com a de sua respectiva controlada.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

### **3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis**

O Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2021. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

### **3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB ou pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

**(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

**(b) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8)**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

**(c) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

**(d) Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Companhia:

o Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).

o Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

o Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

#### ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, um passivo liquidado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de mensuração fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

##### - Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

##### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 26) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

#### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldos bancários	271	2.523	745.475	3.374
Aplicações financeiras	174.255	168.432	179.389	171.364
Títulos de Creditos Privados (a)	174.255	168.432	179.389	171.364
<b>Total</b>	<b>174.525</b>	<b>170.956</b>	<b>924.864</b>	<b>174.738</b>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 96.373 e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 77.882. Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 94,93% do CDI (99,67% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

## ( 6 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos vencidos	Vencidos		Total		Saldos vencidos	Vencidos		Total	
	até 90 dias	> 90 dias	31/12/2021	31/12/2020		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Circulante</b>										
<b>Classes de consumidores</b>										
Industrial	105.460	3.294	2.728	111.482	139.949	107.895	3.294	2.728	113.917	
Comercial	47.835	10	697	48.541	51.342	48.141	10	697	48.848	
Rural	2.042	-	402	2.444	3.260	2.042	-	402	2.444	
Poder público	4.475	-	-	4.475	4.630	4.475	-	-	4.475	
<b>Faturado</b>	<b>159.812</b>	<b>3.304</b>	<b>3.827</b>	<b>166.942</b>	<b>199.181</b>	<b>162.553</b>	<b>3.304</b>	<b>3.827</b>	<b>169.684</b>	
Operações realizadas na CCEE	8.662	-	-	8.662	4.571	8.621	-	45	8.666	
Concessionárias e permissionárias	64.362	5.152	9.175	78.688	131.640	165.490	5.152	9.184	179.826	
	<b>232.836</b>	<b>8.456</b>	<b>13.002</b>	<b>254.292</b>	<b>335.392</b>	<b>336.664</b>	<b>8.456</b>	<b>13.056</b>	<b>358.173</b>	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(15.973)	(14.974)				(19.950)	
<b>Total</b>				<b>238.319</b>	<b>320.418</b>				<b>338.223</b>	
<b>Não circulante</b>										
Operações realizadas na CCEE	-	16.377	746	17.123	334.019	-	16.377	746	17.123	
	-	<b>16.377</b>	<b>746</b>	<b>17.123</b>	<b>334.019</b>	-	<b>16.377</b>	<b>746</b>	<b>337.216</b>	
<b>Total</b>				<b>17.123</b>	<b>334.019</b>				<b>17.123</b>	

**Operações realizadas na CCEE** - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

**Concessionárias e permissionárias** - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 28 (d).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>
<b>Circulante</b>	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(12.427)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(2.581)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(15.008)</b>
Combinação de negócios	(3.906)
Provisão revertida (constituída) líquida	(1.036)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(19.950)</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.



## (7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.707	-	3.707	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	10.275	-	10.275	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.051	6.637	25.474	6.677
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>22.033</b>	<b>6.637</b>	<b>39.455</b>	<b>6.677</b>
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.818	5.027	5.044	5.026
Programa de integração social - PIS	2.780	319	2.891	319
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	12.485	1.418	13.016	1.419
Outros	-	1	72	1
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>18.084</b>	<b>6.766</b>	<b>21.263</b>	<b>6.766</b>
<b>Total circulante</b>	<b>40.116</b>	<b>13.403</b>	<b>60.719</b>	<b>13.443</b>
<b>Não circulante</b>				
Contribuição social a compensar - CSLL	17	-	17	-
Imposto de renda a compensar - IRPJ	46	-	46	-
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>63</b>	<b>-</b>	<b>63</b>	<b>-</b>
ICMS a compensar	414	1.270	429	1.281
Programa de integração social - PIS	15.421	-	15.421	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	71.029	-	71.029	-
Outros	-	-	1	-
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>86.864</b>	<b>1.270</b>	<b>86.880</b>	<b>1.281</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>86.927</b>	<b>1.270</b>	<b>86.942</b>	<b>1.281</b>

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

### a. Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

A CPFL Brasil ingressou com ação judicial envolvendo a União Federal pleiteando o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, bem como o direito de reaver os valores anteriormente pagos.

O reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS sobre as ações que não tiveram as decisões judiciais transitadas em julgado até o primeiro semestre de 2021 baseou-se na decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 de maio de 2021. Após análise criteriosa de cada processo foi observado semelhanças frente às ações judiciais transitadas em julgado para as quais a Companhia já obteve êxito, entendendo-se que, dada a similaridade dos casos, é atendido o disposto no item 33 do CPC 25/IAS 37 que dispõe sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”.

A ação transitou em julgado em outubro de 2021, e o crédito de PIS e COFINS, igualmente como nas demais empresas sob as mesmas circunstâncias foi reconhecido em junho de 2021. O crédito aproximado de R\$ 85.078 foi contabilizado integralmente no ativo não circulante, dado a sua expectativa de realização superior a 12 meses, em contrapartida a dedução da receita PIS/COFINS, e atualizações monetárias R\$ 40.694.

## ( 8 ) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 8.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>				
Bases negativas	-	-	177	190
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(4.752)	(136)	(71.242)	(133)
<b>Subtotal</b>	<b>(4.752)</b>	<b>(136)</b>	<b>(71.065)</b>	<b>57</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>				
Prejuízos fiscais	-	-	494	531
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(13.138)	(315)	(197.830)	(308)
<b>Subtotal</b>	<b>(13.138)</b>	<b>(315)</b>	<b>(197.336)</b>	<b>224</b>
<b>Total</b>	<b>(17.891)</b>	<b>(451)</b>	<b>(268.401)</b>	<b>281</b>
Total crédito fiscal	-	-	679	732
Total débito fiscal	(17.891)	(451)	(269.080)	(451)

### 8.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18.342	50.966	3	9
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.440	3.999	1.350	3.752
Provisão relacionada a pessoal	2.037	5.661	480	1.334
Derivativos	(2.558)	(7.107)	(2.069)	(5.748)
Marcação a Mercado- Derivativos	259	721	(82)	(229)
Marcação a Mercado- Dívidas	(537)	(1.492)	(140)	(390)
Varição de Valor Justo dos Instrumentos Financeiros	205	570	-	-
Varição Cambial	(2.547)	(7.076)	-	-
NTN-B	(6.098)	(16.941)	-	-
Atualização Ativo Contratual	(83.109)	(230.913)	-	-
Arrendamentos	(437)	(1.213)	-	-
Direitos de Uso	458	1.273	-	-
Provisão de Despesas	921	2.558	-	-
Outros	381	1.165	325	964
<b>Total</b>	<b>(71.242)</b>	<b>(197.830)</b>	<b>(133)</b>	<b>(308)</b>

### 8.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções





## 8.5 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as controladas da Companhia possuíam créditos de imposto de renda e contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 58.193 (créditos de R\$ 172 em 31 de dezembro de 2020). Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

## ( 9 ) OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos - Fundação CESP	512	510	24	24	512	510	24	24
Adiantamentos - fornecedores	2.564	-	-	-	8.534	-	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	-	1.377	-	-
Ordens em curso	-	-	-	-	31.113	-	-	-
Serviços prestados a terceiros	-	-	-	-	10.132	-	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	-	-	548	-	-	-
Despesas antecipadas	90	211	-	-	2.429	211	-	-
Contas a receber - Intercompany (*)	-	-	-	-	202.808	-	-	-
Adiantamentos a funcionários	319	247	-	-	3.208	247	-	-
Outros	898	867	-	-	2.666	871	4.134	-
<b>Total</b>	<b>4.382</b>	<b>1.835</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>261.949</b>	<b>3.216</b>	<b>4.158</b>	<b>24</b>

(\*) Contas a receber da CEEE Transmissão com a CEEE Distribuição.

## ( 10 ) ATIVO CONTRATUAL

	Consolidado
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>
Combinação de negócios	4.102.531
Receita de Construção (Adições)	80.026
Remuneração	234.871
Amortização	(187.845)
Outros	(58.924)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>4.170.658</b>
Circulante	787.505
Não Circulante	3.383.153

**Ativo contratual das transmissoras:** refere-se ao direito à "Receita Anual Permitida – RAP" que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

## ( 11 ) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	345.643	391.247	419.909	386.278
Mais valia de ativos, líquidos	11.587	14.851	11.587	14.851
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.679.857	-	-	-
Ágio de rentabilidade futura	61	61	61	-
<b>Total</b>	<b>3.037.148</b>	<b>406.159</b>	<b>431.557</b>	<b>401.129</b>

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) no valor de R\$2.679.857 referem-se a recursos concedidos pela Companhia a controlada CPFL Cone Sul os quais correspondem a 2.679.857.000 cotas de participação societária.

### 11.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2021			31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
CPFL Meridional (*)	600.000	100,000	206	260	54	-	206	16	(75)
CPFL Cone Sul	573.016	100,000	42	2.617.420	(2.755)	(62.437)	42	(2.755)	(128)
Sul Geradora	17.218.070	99,953	1.445	158	6	159	(292)	6	(138)
CPFL Varejista	4.010.000	100,000	3.565	4.062	360	4.062	5.014	360	2.328
RGE SUL	123.676	10,989	2.831.534	3.675.118	977.133	403.859	386.278	107.876	76.061
<b>Subtotal</b>						<b>345.643</b>	<b>391.247</b>	<b>105.505</b>	<b>78.048</b>
Mais valia de ativos, líquidos						-	-	(3.264)	(3.918)
<b>Soma (Consolidado)</b>						<b>345.643</b>	<b>391.247</b>	<b>102.240</b>	<b>74.131</b>

(\*) Quantidade refere-se a quota.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 3.264 (R\$ 3.918 em 2020) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação do investimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

Investimento	Saldo em 31/12/2020	Aumento / Redução Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2021
CPFL Meridional	206	(222)	16	-	-	-
CPFL Cone Sul	42	-	(2.755)	(59.724)	-	(62.437)
CPFL Brasil Varejista	5.014	-	360	-	(1.311)	4.062
Sul Geradora Participações	(292)	445	6	-	-	159
RGE SUL	386.277	-	107.876	465	(90.761)	403.859
	<b>391.247</b>	<b>223</b>	<b>105.503</b>	<b>(59.259)</b>	<b>(92.072)</b>	<b>345.643</b>

<b>Investimento</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)</b>	<b>Dividendo e Juros sobre capital próprio</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
CPFL Meridional	281	(75)	-	-	206
CPFL Cone Sul	169	(128)	-	-	42
CPFL Brasil Varejista	3.586	2.328	-	(900)	5.014
Sul Geradora Participações	(154)	(138)	-	-	(292)
RGE SUL	430.832	76.061	(140)	(120.475)	386.278
	<b>434.714</b>	<b>78.048</b>	<b>(140)</b>	<b>(121.375)</b>	<b>391.247</b>

## 11.2 Combinação de negócios

### Aquisição da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (“CPFL Transmissão”)

Em 16 de julho de 2021, a controlada CPFL Cone Sul foi classificada em primeiro lugar no âmbito do leilão nº 01/2021, referente à alienação do controle acionário da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T (“CPFL Transmissão”), realizado pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“Leilão”).

A CPFL Energia, no âmbito da sessão pública do Leilão, por meio da CPFL Cone Sul, apresentou a oferta vencedora, no montante de R\$ 2.670.000 (dois bilhões, seiscentos e setenta milhões de reais), para aquisição de ações representativas de aproximadamente 66,08% do capital social total da CPFL Transmissão (sendo, aproximadamente, 67,12% das ações ordinárias e 0,72% das ações preferenciais), detidas anteriormente pelo estado do Rio Grande do Sul.

Em 24 de setembro de 2021, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública – CADE, e em 30 de setembro de 2021 foi obtida a autorização da ANEEL.

Em 14 de outubro de 2021, foi divulgado através de fato relevante ao mercado a conclusão da aquisição (“data de aquisição”) após todas as condições precedentes da transação serem atendidas, data em que o controle da CPFL Transmissão foi assumido pela CPFL Cone Sul e a titularidade das ações foi transferida e o pagamento foi efetuado. Essa aquisição resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3, uma vez que a CPFL Cone Sul passou a deter o controle da CPFL Transmissão.

A aquisição está alinhada ao objetivo estratégico da CPFL Energia e possibilitará maior geração de valor aos seus acionistas, por meio de (i) otimização de despesas operacionais; (ii) exploração de um ativo de baixo risco com alto potencial de ampliação de investimentos e consequente aumento de remuneração; (iii) diversificação do portfólio da Companhia por meio de um segmento que permitirá sinergias com as demais operações da Companhia; e (iv) otimização das condições de financiamento, melhorando a alavancagem financeira.

Conforme mencionado na nota 1, A CPFL Transmissão detém 94,22% de participação na Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (“TESB”) e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral. Adicionalmente, a CPFL Transmissão detém 9,65% de investimento da TPAE (Transmissora Porto Alegre de Energia) e 10% da ETAU (Empresa de Transmissão do Alto Uruguai).

Sua sede administrativa está localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador até 13 de outubro de 2021, o estado do Rio Grande do Sul. Os não controladores foram mensurados pela participação proporcional no *fair value* apurado.

A CPFL Transmissão tem 6.037 km de linhas de transmissão, 72 subestações e detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica:

- a. Contrato de Concessão nº 055/2001: Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/2013), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais 30 anos e tem vigência até 31 de dezembro de 2042;

- b. Contrato de Concessão nº 080/2002: Com vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das respectivas instalações de transmissão, podendo ser renovado por igual período. O término desta concessão está previsto para 18 de dezembro de 2032;
- c. Contrato de Concessão Nº 4/2021-ANEEL: Obras em andamento com prazo estabelecido para energização até 30 de setembro de 2024. O término desta concessão está previsto 31 de março de 2051.

A TESP detém um contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, contrato Nº 001/2011-ANEEL e tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada assinatura do contrato. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041.

### **Informações adicionais à aquisição (aquisição da CPFL Transmissão)**

#### **a) Contraprestações**

A contraprestação transferida foi de R\$ 2.670.000, paga em caixa, em parcela única, na data de aquisição. Esta contraprestação não sofrerá nenhum tipo de reajuste, por exemplo, por variações de capital de giro e de dívida líquida.

#### **b) Ativos adquiridos, passivos reconhecidos e participação de não controladores na data da aquisição**

A mensuração do valor justo e a alocação do preço pago dos ativos e passivos adquiridos bem como a contabilização inicial da aquisição da CPFL Transmissão foi provisoriamente apurada para as demonstrações financeiras de 14 de outubro de 2021 e no fim do período base das demonstrações financeiras consolidadas, com base em análises conduzidas pela própria Administração, ou seja, a mensuração do valor justo foi efetuada em uma base provisória, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 15/ IFRS 3. As técnicas de avaliação variam de acordo com o grupo de contas avaliado, sendo que podem ser: income approach, cost approach, dentre outras. Considerando a complexidade envolvida no processo de mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos que envolvem principalmente a definição de premissas sobre a taxa de desconto, taxa de crescimento e da projeção de receitas e margens operacionais da companhia adquirida, estes valores serão confirmados após a conclusão de laudo de avaliação econômico-financeiro por avaliador independente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existam na data da aquisição indicarem ajustes nos valores justos calculados pela Administração, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista.

A totalidade do valor pago na transação foi alocada na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo o ativo intangível relacionado ao direito de exploração da concessão, que passou a ser amortizado pelo prazo remanescente da concessão. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi provisoriamente alocada a ativos identificados e passivos assumidos, nenhum valor residual foi alocado como ágio ("*goodwill*") nesta transação.

Os custos relacionados à aquisição, registrados como despesa do resultado de 2021, somaram R\$ 24.550.

A alocação provisória do preço pago aos valores justos dos ativos e passivos adquiridos está apresentado a seguir:

	Nota explicativa	14/10/2021 CPFL Transmissão provisório
<b>Ativos circulantes</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa		478.405
Concessionárias e Permissionárias		109.389
Investimentos em Títulos do Governo		110.763
Ativo de Concessão - Contratual	10	787.504
Outros ativos circulantes		108.205
<b>Ativos não circulantes</b>		
Ativo de Concessão - Contratual	10	3.315.027
Empréstimos cedidos		205.490
Ativo Disponível para vendas		217.552
Imobilizado	12	89.148
Intangível exploração concessão	13	849.070
Outros ativos não circulantes		140.918
<b>Passivos circulantes</b>		
Fornecedores		34.244
Obrigações Trabalhistas		57.713
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	15	50.291
Provisão para Benefícios a Empregados		97.658
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	20	18.884
Outros passivos circulantes		118.975
<b>Passivos não circulantes</b>		
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	15	624.793
Provisão para Benefícios a Empregados		619.674
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	20	296.509
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		243.368
Outros passivos não circulantes		209.054
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>		<b>4.040.307</b>
<b>Ágio gerado na aquisição</b>		
<hr/>		
Contrapartida transferida		2.670.000
(+) Participação dos acionistas não controladores		1.370.307
(-) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos		(4.040.307)
<b>Ágio</b>		<b>-</b>

Adicionalmente, nenhum ajuste de valores justos de ativos e passivos foi reconhecido no período entre a data de aquisição e a data base das demonstrações financeiras consolidadas.

### c) Contraprestação contingente

Não consta no acordo qualquer cláusula relacionada a contraprestação contingente a ser paga a vendedora.

#### **d) Ativos de indenização**

O acordo não prevê quaisquer situações em que a controlada CPFL Cone Sul possa ser indenizada.

#### **e) Passivos contingentes reconhecidos**

Apresentamos abaixo os passivos contingentes reconhecidos provisoriamente no montante de R\$ 107.348 na data de aquisição:

	<b>CPFL Transmissão</b>
	<b>14/10/2021</b>
Processos trabalhistas (i)	45.669
Processos cíveis (i)	16.100
Processos outros (i)	45.578
Passivo contingente preliminar	<b>107.347</b>
Provisões registradas na controlada	208.046
<b>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</b>	<b>315.393</b>

i. Estes montantes representam os valores justos dos processos de natureza trabalhistas, cíveis, regulatórios e fiscais cuja conceito se enquadra em passivos contingentes que podem ser mensurados com confiabilidade. Considerando que a liquidação destes processos depende de terceiros, seja na esfera judicial ou administrativa, não é possível estimar um cronograma para ocorrência de eventuais saídas de caixa associadas a estes passivos contingentes. Nenhum ativo de indenização foi reconhecido para estes passivos contingentes.

#### **f) Recebíveis adquiridos**

O valor justo dos recebíveis adquiridos é R\$ 109.389, que é o mesmo valor contratual bruto dos recebíveis e representa a melhor estimativa da Administração de expectativa de recebimento.

#### **g) Empréstimos cedidos adquiridos**

O valor justo dos empréstimos cedidos adquiridos é R\$ 205.490, que é o mesmo valor contratual bruto dos recebíveis e representa a melhor estimativa da Administração de expectativa de recebimento.

#### **h) Provisão para benefícios a empregados**

O valor justo da provisão para benefícios a empregados foi mensurado considerando a melhor estimativa da Administração, nota 17.

#### **i) Saída de caixa líquido na aquisição**

Considerando que a CPFL Transmissão tinha um saldo em 14 de outubro de 2021 de R\$478.405 e que a contraprestação transferida foi de R\$2.670.000, a saída de caixa líquido na aquisição foi de R\$2.191.595.

#### **j) Informações financeiras da adquirida**

No período de três meses findos em 31 de dezembro de 2021, a CPFL Transmissão contribuiu com uma receita de R\$ 289.919 e lucro de R\$ 41.141 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021, a Administração estima que a receita consolidada seria de R\$ R\$ 40.092.461 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 5.131.461. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados provisoriamente na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021.

### k) Informações sobre a Oferta Pública de Ações (“OPA”)

Como condição do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), a CPFL Cone Sul requereu à CVM, em até 30 (trinta) dias contados da celebração do Contrato, o registro de uma OPA de propriedade dos demais acionistas da CPFL Transmissão, nos termos do artigo 254-A e seguintes da Lei das S.A., da Instrução da CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada, e do Contrato.

Não se verificou a ocorrência das hipóteses do artigo 256 da Lei das S.A. e, portanto, não será concedido direito de recesso aos acionistas da Companhia.

## ( 12 ) IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	-	<b>461</b>	<b>484</b>	<b>947</b>	<b>403</b>	<b>2.273</b>	<b>4.569</b>
Custo histórico	-	485	3.033	3.626	5.333	2.273	14.750
Depreciação acumulada	-	(24)	(2.549)	(2.678)	(4.930)	-	(10.181)
Adições	-	-	-	-	-	287	287
Baixas	-	-	(818)	(1.961)	-	-	(2.780)
Transferências	-	-	1.891	170	-	(2.071)	(10)
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	(756)	-	-	-	(756)
Depreciação	-	(16)	(167)	(215)	(45)	-	(443)
Baixa da depreciação	-	-	-	1.693	-	-	1.692
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	-	<b>445</b>	<b>635</b>	<b>632</b>	<b>358</b>	<b>488</b>	<b>2.559</b>
Custo histórico	-	485	3.351	2.102	5.333	488	11.759
Depreciação acumulada	-	(40)	(2.716)	(1.470)	(4.975)	-	(9.201)
Adições	-	-	-	-	-	3.134	3.134
Baixas	-	-	1	(83)	(1)	(392)	(475)
Combinação de negócios	727	3.038	36.159	398	333	50.119	90.774
Transferências	-	-	447	136	18	(601)	(0)
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	(156)	-	-	-	(156)
Depreciação	-	(117)	(916)	(287)	(55)	-	(1.375)
Baixa da depreciação	-	(9)	(1)	(9)	(170)	-	(189)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>727</b>	<b>3.357</b>	<b>36.169</b>	<b>787</b>	<b>483</b>	<b>52.748</b>	<b>94.271</b>
Custo histórico	727	3.523	39.802	2.553	5.683	52.748	105.036
Depreciação acumulada	-	(166)	(3.633)	(1.766)	(5.200)	-	(10.765)
<b>Taxa média de depreciação 2021</b>		<b>3,33%</b>	<b>15,05%</b>	<b>14,29%</b>	<b>6,25%</b>		
<b>Taxa média de depreciação 2020</b>		<b>3,33%</b>	<b>15,28%</b>	<b>17,80%</b>	<b>6,25%</b>		

### 12.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2021 e 2020, não houve necessidade de provisão de recuperação.

## ( 13 ) INTANGÍVEL



<b>Consolidado</b>				
	<b>Ágio</b>	<b>Adquirido em combinações de negócio</b>	<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>		-	<b>12.733</b>	<b>12.794</b>
Custo histórico	98	-	42.173	42.271
Amortização acumulada	(37)	-	(29.439)	(29.476)
Adições	-	-	4.734	4.734
Amortização	-	-	(3.031)	(3.031)
Baixa e transferência - outros ativos			756	756
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>61</b>	-	<b>15.192</b>	<b>15.253</b>
Custo histórico	98	-	47.663	47.761
Amortização acumulada	(37)	-	(32.471)	(32.508)
Adições	-	-	7.830	7.830
Baixas	-	-	(123)	(123)
Amortização	-	-	(17.782)	(17.782)
Incorporação CEEE-T - amortização		-	-	-
Adquirido em combinação de negócios	-	849.070	21.979	871.049
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(3)	(3)
Outros	(61)	-	-	(61)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	-	<b>849.070</b>	<b>27.094</b>	<b>876.163</b>
Custo histórico	-	849.070	77.472	926.542
Amortização acumulada	-	-	(50.379)	(50.379)

### 13.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	2021	2020
<b>Intangível adquirido em combinação de negócios</b>						
Intangível adquirido não incorporado						
CPFL Transmissão	849.070	(10.827)	838.243	-	5,10%	0,00%
<b>Total</b>	<b>849.070</b>	<b>(10.827)</b>	<b>838.243</b>	<b>-</b>		

### 13.2 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2021 e 2020, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

### (14) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b><u>Circulante</u></b>				
Encargos de serviço do sistema	-	-	2.088	257
Suprimento de energia elétrica	199.400	245.931	195.328	245.931
Materiais e serviços	3.629	5.315	16.984	5.406
<b>Total</b>	<b>203.029</b>	<b>251.245</b>	<b>239.232</b>	<b>251.594</b>
<b><u>Não circulante</u></b>				
Suprimento de energia elétrica	131.127	131.127	131.127	131.127
Materiais e serviços	1.036	-	1.036	-
<b>Total</b>	<b>132.163</b>	<b>131.127</b>	<b>132.163</b>	<b>131.127</b>

Suprimento de energia elétrica – Refere-se substancialmente a compra de energia elétrica para revenda.

### (15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Consolidado								
Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Combinação de negócios	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda nacional</b>								
TJLP	-	31.988	-	(1.681)	583	-	(576)	30.314
<b>Mensuradas ao valor justo</b>								
<b>Moeda nacional</b>								
Pré Fixado	-	-	1.085.000	-	22.809	-	(3.996)	1.103.814
Marcação a mercado	-	-	-	-	(7.887)	-	-	(7.887)
<b>Total ao custo</b>	<b>-</b>	<b>31.988</b>	<b>1.085.000</b>	<b>(1.681)</b>	<b>15.505</b>	<b>-</b>	<b>(4.572)</b>	<b>1.126.241</b>
<b>Moeda estrangeira</b>								
<b>Mensuradas ao custo</b>								
Dólar	-	643.096	-	(12.340)	21.051	-	(2.443)	649.364
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>643.096</b>	<b>-</b>	<b>(12.340)</b>	<b>21.051</b>	<b>-</b>	<b>(2.443)</b>	<b>649.364</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>								
Dólar	130.884	-	100.000	-	2.655	8.016	(2.484)	239.071
Marcação a mercado	(1.560)	-	-	-	(4.409)	-	-	(5.969)
<b>Subtotal</b>	<b>129.324</b>	<b>-</b>	<b>100.000</b>	<b>-</b>	<b>(1.754)</b>	<b>8.016</b>	<b>(2.484)</b>	<b>233.102</b>
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>129.324</b>	<b>643.096</b>	<b>100.000</b>	<b>(12.340)</b>	<b>19.297</b>	<b>8.016</b>	<b>(4.927)</b>	<b>882.466</b>
<b>Gastos com captação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.045)</b>	<b>-</b>	<b>254</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.791)</b>
<b>Total</b>	<b>129.324</b>	<b>675.084</b>	<b>1.181.955</b>	<b>(14.021)</b>	<b>35.056</b>	<b>8.016</b>	<b>(9.499)</b>	<b>2.005.916</b>
<b>Circulante</b>	<b>(966)</b>							<b>676.039</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>(128.357)</b>							<b>1.329.877</b>

Consolidado							
Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	517.108	107.000	(702.584)	15.011	211.491	(17.142)	130.884
Marcação a mercado	(5.362)	-	-	3.802	-	-	(1.560)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>511.746</b>	<b>107.000</b>	<b>(702.584)</b>	<b>18.813</b>	<b>211.491</b>	<b>(17.142)</b>	<b>129.324</b>
<b>Total</b>	<b>511.746</b>	<b>107.000</b>	<b>(702.584)</b>	<b>18.813</b>	<b>211.491</b>	<b>(17.142)</b>	<b>129.324</b>
<b>Circulante</b>	<b>(511.746)</b>						<b>(966)</b>
<b>Não Circulante</b>							<b>(128.357)</b>

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Consolidado					
	Encargos financeiros anuais	31/12/2021		Faixa de vencimento	Garantias
			31/12/2020		
<b>Mensuradas ao custo - moeda nacional</b>					
<b>Pós Fixado</b>					
BNDES	TJLP + 3,05%	30.314	-	2029	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B
<b>Subtotal</b>		<b>30.314</b>	<b>-</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - moeda nacional</b>					
<b>Pré Fixado</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Pré fixado de 7,378%	1.103.814	-	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<b>1.103.814</b>	<b>-</b>		
<b>Marcação a mercado</b>					
		<b>(7.887)</b>	<b>-</b>		
Gastos com captação (*)		<b>(2.791)</b>			
<b>Total moeda nacional</b>		<b>1.123.449</b>	<b>-</b>		
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Estrangeira</b>					
<b>Dólar</b>					
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	US\$ + de 4,59%	258.530	-	2036	República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	US\$ + de 2,93%	390.833	-	2037	República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul
		<b>649.363</b>	<b>-</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - moeda estrangeira</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,74% a 2,62%	239.071	130.884	2022 a 2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<b>239.071</b>	<b>130.884</b>		
<b>Marcação a mercado</b>					
		<b>(5.969)</b>	<b>(1.560)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>882.465</b>	<b>129.324</b>		
<b>Total</b>		<b>2.005.915</b>	<b>129.324</b>		

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2021 os ganhos acumulados não realizados, obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 5.969 (ganho de R\$ 1.560 em 31 de dezembro de 2020), que deduzido as perdas não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 10.770 (R\$ 914 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 26), geraram uma perda total de R\$ 4.801 (ganho líquido não realizado de R\$ 2.474 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2023	139.513	139.513
2025	1.180.630	1.180.630
2026 a 2030	-	23.591
<b>Subtotal</b>	<b>1.320.143</b>	<b>1.343.734</b>
Marcação a mercado	(13.856)	(13.856)
<b>Total</b>	<b>1.306.287</b>	<b>1.329.878</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Modalidade	Montante			Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação dos recursos	Encargos Financeiro anual	Taxa efetiva anual
	Total aprovado	Liberado em 2021	Liberado líquido dos gastos de captação					
<b>Moeda Nacional:</b>								
CDI	960.000	960.000	956.955	Final	Parcela única em outubro de 2024	Capital de Giro	CDI - 1,08%	Não se aplica
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	125.000	125.000	125.000	Semestral	Parcela única em junho de 2024	Capital de Giro	BRL + 7,3780%	CDI + 0,88%
<b>Moeda Estrangeira:</b>								
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	100.000	100.000	100.000	Semestral	Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,74%	USD + 1,74%
	<b>1.185.000</b>	<b>1.185.000</b>	<b>1.181.955</b>					

## Condições restritivas

Os empréstimos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2021.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

## (16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>						
CDI	221.986	-	-	10.371	(5.710)	226.647
<b>Gastos com emissão</b>	(216)	-	-	70	-	(146)
<b>Total</b>	<b>221.770</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.441</b>	<b>(5.710)</b>	<b>226.501</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.986</b>					<b>6.647</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>219.784</b>					<b>219.854</b>

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>					
CDI	333.169	(105.000)	6.888	(13.070)	221.986
<b>Gastos com emissão</b>	(300)	-	84	-	(216)
<b>Total</b>	<b>332.869</b>	<b>(105.000)</b>	<b>6.972</b>	<b>(13.070)</b>	<b>221.770</b>
<b>Circulante</b>	<b>113.085</b>				<b>1.986</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>219.784</b>				<b>219.784</b>

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros a.a.	Consolidado				Faixa de vencimento	Garantia	
		Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	31/12/2021			31/12/2020
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>								
CDI	108,25% CDI	6.647		220.000	226.647	221.986	2024	Fiança da CPFL Energia
<b>Gastos com emissão</b>		-	-	(146)	(146)	(216)		
<b>Total Consolidado</b>		<b>6.647</b>	<b>-</b>	<b>219.854</b>	<b>226.501</b>	<b>221.770</b>		

Conforme segregado no quadro acima, classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2024	109.860	109.860
2025	109.994	109.994
<b>Total</b>	<b>219.854</b>	<b>219.854</b>

### Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Os índices são os seguintes: i) Dívida líquida dividida pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; e ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2021.

### (17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A controlada indireta CPFL Transmissão mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

## 17.1 Características

**“Plano CEEEPREV”:** O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O Plano CEEEPREV contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido.

Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado as contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável.

Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes.

A segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) de 2019 foi ajuizada pela CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão), cujo objetivo é o reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial.

Em 14 de outubro 2021, a sentença foi julgada parcialmente procedente, determinando a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva. Após sentença de 1º grau, o processo encontra-se em 2ª instância aguardando julgamento da apelação interposta pelas partes, os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível com viés de provável.

Considerando os fundamentos jurídicos, corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o risk sharing como redutor do passivo atuarial.

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada reavaliou a estimativa relacionada ao passivo atuarial do Plano CEEEPREV referente ao compartilhamento do risco sobre os déficits atuariais, e considerando os fundamentos jurídicos, corroborados pelas recentes decisões dos tribunais nos processos que tratam detalhadamente a matéria, o passivo do Plano CEEEPREV foi reconhecido na proporção paritária, apresentando uma redução de R\$ 412.896 sobre o valor líquido do passivo de benefício definido anteriormente registrado, chegando a um saldo de R\$ 498.066. A contrapartida da redução do passivo foi registrada contra Outros resultados abrangentes.

Anteriormente, o passivo do Plano CEEEPREV era avaliado sem a consideração de compartilhamento de risco, e com esta avaliação da controlada, houve mudança de estimativa à luz do que está definido no “CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”. Os efeitos desta mudança de estimativa foram reconhecidos em outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

**“Plano Único”:** O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução CNPC nº 30 de 30/10/2018, determina em seu art. 14º que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva das contribuições normais vertidas no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de superávit, e as contribuições vigentes no período em que o



resultado deficitário foi apurado, no caso de déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano do benefício administrado pela EFPC, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado, ou seja, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária.

“**Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP**”: Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	31/12/2021			Total
	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
<b>CIRCULANTE</b>				
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.250.908	3.857	1.908.383	3.163.148
Valor justo dos ativos do plano	(951.603)	-	(1.403.183)	(2.354.786)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>299.305</b>	<b>3857</b>	<b>505.200</b>	<b>808.362</b>

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL Transmissão			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2020</b>				
Combinação de negócios	275.566	4.136	437.629	717.331
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	3.480	64	18.257	21.801
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(6.946)	(93)	(18.278)	(25.317)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	2.044	199	13.670	15.913
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	39.640	(449)	15.834	55.025
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	19.183	-	76.382	95.565
Efeito <i>risk sharing</i>	(36.826)	-	(45.428)	(82.254)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2021</b>	<b>296.141</b>	<b>3.857</b>	<b>498.066</b>	<b>798.064</b>
Outras contribuições	3.165	-	7.133	10.298
<b>Total passivo</b>	<b>299.305</b>	<b>3.857</b>	<b>505.199</b>	<b>808.361</b>
Circulante	28.862	316	73.000	102.178
Não Circulante	270.443	3.541	432.200	706.184

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2022 estão apresentadas a seguir:

	2022
CPFL Transmissão - Plano Único	22.574
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	59.331
<b>Total</b>	<b>81.905</b>

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2022	2023	2024	2025	2026 a 2031	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	146.683	148.972	150.913	152.473	922.289	1.521.330
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	187.848	196.948	206.826	217.197	1.552.221	2.361.040
<b>Total</b>	<b>334.531</b>	<b>345.920</b>	<b>357.739</b>	<b>369.670</b>	<b>2.474.510</b>	<b>3.882.370</b>

Em 31 de dezembro de 2021, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,8 anos no plano único e 11,6 anos no plano CEEEPREV BD da CPFL Transmissão.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Transmissão (Plano Único e CEEEPREV BD)	
	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,38% a.a.	-
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	5,09% a.a.	-
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,03% a.a.	-
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	5,03% a.a.	-
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	5,03% a.a.	-
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMSsb-.2015 MF (*)	-
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	-
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	-
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Ao preencher as carências regulamentares	-

(\*) Tábua biométrica de mortalidade geral para o Plano Único é AT-2000 por sexo.

## 17.2 Ativos do plano

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela CEEEPREV			
	CPFL Transmissão			
	Plano Único		CEEEPREV BD	
	2021	2020	2021	2020
<b>Renda fixa</b>	<b>70%</b>	-	<b>64%</b>	-
Títulos públicos federais	59%	-	56%	-
Títulos privados (instituições financeiras)	4%	-	5%	-
Títulos privados (instituições não financeiras)	3%	-	3%	-
Fundos de investimento multimercado	3%	-	1%	-
Outros investimentos de renda fixa	0%	-	0%	-
<b>Renda variável</b>	<b>21%</b>	-	<b>23%</b>	-
Fundos de investimento em ações	21%	-	23%	-
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>6%</b>	-	<b>8%</b>	-
Fundos de participação	0%	-	0%	-
Fundos imobiliários	0%	-	0%	-
Fundos de investimento multimercado	6%	-	7%	-
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>97%</b>	-	<b>95%</b>	-
<b>Imóveis</b>	<b>2%</b>	-	<b>1%</b>	-
<b>Operações com participantes</b>	<b>2%</b>	-	<b>4%</b>	-
<b>Outros ativos</b>	<b>-1%</b>	-	<b>-1%</b>	-
Depósitos judiciais e outros	-1%	-	-1%	-
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>3%</b>	-	<b>5%</b>	-

### 17.3 Análise de sensibilidade

	Aumento (redução)	CPFL Transmissão		Total
		Plano Único	CEEEPREV BD	
Taxa de desconto nominal	-0,25 p.p.	30.790	138.070	168.860
	+0,25 p.p.	(29.674)	29.373	(301)
Tábua de biométrica de mortalidade	+1 ano	(43.201)	31.807	(11.394)
	-1 ano	42.886	132.387	175.273

### 17.4 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

## (18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	25.717	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	2.883	8.678	2.887
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>-</b>	<b>2.883</b>	<b>34.395</b>	<b>2.887</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	6.080	8.374	6.284	8.374
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	232	-	232
Outros	1.309	788	7.561	792
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>7.390</b>	<b>9.394</b>	<b>22.407</b>	<b>9.398</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>7.391</b>	<b>12.277</b>	<b>56.802</b>	<b>12.284</b>
<b>Não circulante</b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	604	-	646	-
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>604</b>	<b>-</b>	<b>646</b>	<b>-</b>
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL	-	-	5.218	-
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.218</b>	<b>-</b>
<b>Total Não circulante</b>	<b>604</b>	<b>-</b>	<b>5.864</b>	<b>-</b>

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

## (19) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	11	(4)	-	-	11	(4)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-	3.837	-
EPE / FNDCT / PROCEL	-	-	-	-	36.990	-	-	-
Adiantamentos	7.127	8.702	282	389	7.177	8.752	283	390
Provisão para gastos ambientais	-	-	-	-	10.362	-	109.503	-
Folha de pagamento	550	502	-	-	39.066	502	-	-
Participação nos lucros	4.905	6.833	1.866	1.452	4.905	6.833	1.866	1.452
Contas a pagar Intercompany	-	-	-	-	15.803	-	-	-
Aquisição de negócios	-	-	-	-	-	-	96.000	-
Outros	312	658	3.102	2.870	26.637	657	4.003	2.870
<b>Total</b>	<b>12.905</b>	<b>16.691</b>	<b>5.252</b>	<b>4.711</b>	<b>140.951</b>	<b>16.741</b>	<b>215.492</b>	<b>4.711</b>

**(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	217.753	68.900	7	88
<b>Cíveis</b>	46.898	-	19	1
<b>Fiscais</b>				
Outras	33.096	33.755	4	496
	33.096	33.755	4	496
<b>Outros</b>	26.635	-	-	-
<b>Total</b>	<b>324.382</b>	<b>102.654</b>	<b>31</b>	<b>585</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outras está demonstrada a seguir:

	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Combinação de negócios	
Trabalhistas	7	13.743	(1)	(12.376)	1	217.802	219.176
Cíveis	19	12.116	(16)	(1.400)	(1)	37.865	48.583
Fiscais	4	64	(2.923)	(1.974)	1	33.088	28.260
Outros	-	1.725	-	-	-	26.638	28.363
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>27.648</b>	<b>(2.940)</b>	<b>(15.750)</b>	<b>1</b>	<b>315.393</b>	<b>324.382</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis**

**Danos pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins.

d. **Outros:** A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

### Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estavam assim representadas:

	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	
Trabalhistas	1.545	806	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	35.272	1.302	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	160.643	143.021	Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 20)
Fiscais - outros	23.463	22.941	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	43.958	9.530	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>264.881</b>	<b>177.599</b>	

### Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração a Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## (21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 44.363.944 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24 de agosto de 2021 foi reduzido o capital social da CPFL Brasil, no montante de R\$ 172, com cancelamento de 171.581 ações, passando o seu capital social de R\$ 3.000 dividido em 3.000.065 ações para R\$ 2.828 divididos em 2.828.484 ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de outubro de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.350.000, com a integralização do AFAC, passando de R\$ 2.828 para R\$ 1.352.828, antes dividido em 2.828.484 ações ordinárias, atualmente dividido em 44.363.944 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado pela acionista CPFL Energia.

### 21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem

como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2021, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Brasil permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,19 vezes o EBITDA em 2021 (3,67 vez em 2020), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

## 21.2 Reserva de lucros

O saldo de R\$ 33.294 compreende o saldo das reservas: i) Reserva de Reforço de Capital de Giro R\$ 25.520; ii) reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 5.380 e iii) reserva legal de R\$ 2.394.

## 21.3 Distribuição de dividendo e juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2021 foi aprovado a destinação de dividendos adicional no montante de R\$ 87.876.

Em 2021 a Companhia efetuou o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 89.191.

## 21.4 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>R\$</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>35.888</b>
Constituição de reserva legal	(1.794)
Redução do capital em controladas	(50)
Dividendos mínimo obrigatório	(8.523)
Para reservas de lucros	(25.520)

## 21.5 Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e em circulação durante os exercícios apresentados.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	35.888	133.423
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	13.341.035	3.000.065
<b>Lucro por ação - básico</b>	<b>2,69</b>	<b>44,47</b>



Nos exercícios de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação ou com efeito dilutivo, para os quais devesse considerar no cálculo do lucro por ação.

## (22) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>				
Venda de energia	2.863.937	3.392.706	2.834.763	3.396.640
Remuneração do ativo contratual	-	-	230.784	-
Receita de operação e manutenção transmissão	-	-	98.739	-
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	32.007	-
Outras receitas e rendas	493	207	522	207
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>2.864.429</b>	<b>3.392.913</b>	<b>3.196.815</b>	<b>3.396.847</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	(91.449)	(118.809)	(92.277)	(119.505)
PIS	(36.892)	(53.526)	(41.113)	(53.580)
COFINS	(169.927)	(246.545)	(189.366)	(246.791)
Reserva global de reversão - RGR	-	-	(633)	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(24.940)	-
Programa de P & D e eficiência energética	-	-	(2.144)	-
PROINFA	-	-	(7.770)	-
Outros	-	-	(848)	-
	<b>(298.268)</b>	<b>(418.880)</b>	<b>(359.091)</b>	<b>(419.876)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.566.161</b>	<b>2.974.032</b>	<b>2.837.724</b>	<b>2.976.971</b>

A receita de venda de energia elétrica reflete as operações com concessionárias, autorizadas e consumidores livres, sendo que em 2021 foram vendidos 12.737 GWh (12.145 GWh no consolidado) e 15.769 GWh em 2020 (15.880 GWh no consolidado). As outras receitas operacionais, compreendem as receitas oriundas da descontração de energia por parte dos clientes no montante de R\$ 522 (R\$ 207 em 2020).

## (23) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Energia comprada para revenda</b>								
Energia de curto prazo	95	146	31.921	35.146	98	146	32.941	35.151
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	13.100	15.965	2.830.108	3.133.012	13.487	16.075	2.802.574	3.133.012
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(264.738)	(293.054)	-	-	(262.643)	(293.055)
<b>Subtotal</b>	<b>13.195</b>	<b>16.110</b>	<b>2.597.291</b>	<b>2.875.103</b>	<b>13.585</b>	<b>16.221</b>	<b>2.572.872</b>	<b>2.875.108</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>								
Encargos da rede básica	-	-	-	-	-	-	124	-
Encargos de serviço do sistema - ESS	-	-	1	-	-	-	6.187	370
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	-	(2)	-	-	(462)	49
Crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-	-	-	(654)	(39)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.196</b>	<b>380</b>
<b>Total</b>			<b>2.597.292</b>	<b>2.875.101</b>			<b>2.578.068</b>	<b>2.875.488</b>

Os volumes de energia comprada para revenda no ano de 2021 foram de 10.413 GWh (10.417 GWh no consolidado) e 16.110 GWh em 2020 (16.221 GWh no consolidado).

## (24) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Custo de operação		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
					Gerais e administrativas		Outros			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	12.263	15.204	-	-	17.689	19.206	-	-	29.952	34.410
Material	45	52	5	5	126	91	-	-	176	148
Serviços de terceiros	752	534	5	6	8.917	6.867	-	-	9.674	7.407
Outros	(43)	(49)	1	-	2.796	2.582	1.275	1.555	4.029	4.088
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	549	497	-	-	549	497
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	1.450	1.334	-	-	1.450	1.334
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	195	(448)	-	-	195	(448)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	233	868	-	-	233	868
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	34	60	34	60
Outros	(43)	(49)	1	-	369	331	1.241	1.495	1.568	1.777
<b>Total</b>	<b>13.017</b>	<b>15.741</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>29.528</b>	<b>28.746</b>	<b>1.275</b>	<b>1.555</b>	<b>43.831</b>	<b>46.053</b>

  

	Consolidado											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
							Gerais e administrativas		Outros			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020		
Pessoal	79.112	15.204	-	-	-	-	17.948	19.206	-	-	97.060	34.410
Material	1.536	51	-	-	5	5	153	93	-	-	1.694	149
Serviços de terceiros	19.478	534	-	-	5	6	39.523	7.512	-	-	59.006	8.052
Custos com construção da infraestrutura	-	-	59.004	-	-	-	-	-	-	-	59.004	-
Outros	17.365	(48)	-	-	558	-	5.704	2.594	5.430	1.567	29.057	4.113
Arrendamentos e aluguéis	1.345	-	-	-	-	-	562	508	-	-	1.907	508
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.450	1.334	-	-	1.450	1.334
Legais, judiciais e indenizações	15.467	-	-	-	-	-	195	(448)	-	-	15.662	(448)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	233	868	-	-	233	868
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	722	61	722	61
Outros	553	(48)	-	-	558	-	3.264	332	4.708	1.506	9.083	1.790
<b>Total</b>	<b>117.491</b>	<b>15.741</b>	<b>59.004</b>	<b>-</b>	<b>568</b>	<b>11</b>	<b>63.329</b>	<b>29.404</b>	<b>5.430</b>	<b>1.567</b>	<b>245.821</b>	<b>46.724</b>

## (25) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	12.165	4.371	22.137	4.498
Acréscimos e multas moratórias	1.167	2.557	1.262	2.565
Atualização de créditos fiscais	41.046	461	41.048	466
Atualização de depósitos judiciais	24	12	607	12
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	14.440	-
Juros sobre contratos de mútuo	713	115	375	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.595)	(3.199)	(2.612)	(3.231)
Liquidação financeira CCEE	39.733	62.834	40.029	63.391
Outros	1.808	0	1.817	0
<b>Total</b>	<b>94.061</b>	<b>67.151</b>	<b>119.104</b>	<b>67.701</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(37.453)	(25.126)	(42.278)	(25.126)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.383)	8.786	(25.457)	8.786
Outros	(24.382)	(7.293)	(29.288)	(7.297)
<b>Total</b>	<b>(63.217)</b>	<b>(23.633)</b>	<b>(97.023)</b>	<b>(23.637)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>30.844</b>	<b>43.517</b>	<b>22.081</b>	<b>44.064</b>

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos sendo apurado uma perda no montante de R\$ 5.580 em 2021 (ganho R\$ 221.903 em 2020) (nota 27).

## (26) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de comercialização e transmissão de energia elétrica.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Devido à aquisição da CPFL Transmissão (nota 11) foi criado o novo segmento de transmissão.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos do Grupo:

2021	Transmissoras	Comercialização	Total
Receita operacional líquida	289.919	2.547.805	2.837.724
Custo com energia elétrica	-	(2.578.068)	(2.578.068)
Custos e despesas operacionais	(171.584)	(75.232)	(246.816)
Depreciação e amortização	(15.136)	(4.021)	(19.157)
Resultado do serviço	103.199	(109.516)	(6.316)
Resultado de participações societárias	3.244	104.656	107.899
Receita financeira	25.021	94.083	119.104
Despesa financeira	(32.526)	(64.497)	(97.023)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	98.938	24.726	123.664
Imposto de renda e contribuição social	(57.796)	(17.551)	(75.347)
Lucro (prejuízo) líquido	41.141	7.175	48.317
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	82.937	7.970	90.907

## (27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se à principalmente serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2021, conforme requerido no CPC 05(R1), foi de R\$ 3.272 (R\$ 4.449 em 2020). Este valor é composto por R\$ 2.665 (R\$ 3.795 em de 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 41 (R\$ 133 em 2020) de benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo R\$ 566 (R\$ 521 em 2020), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

**Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:**

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
SPE Corrente Grande S.A.	9.447	-	-	-	375	-	-	-
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	-	-	-	-	302	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	1.559	1.226	318	251	16.948	13.436	1.805	1.467
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	983	798	-	-	11.576	25.465
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	1.745	-	-	-	20.607	-	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	224	868
CEEEPREV	-	-	505.200	-	-	-	-	-

## Transações envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	-	19	-	3	-	-	-	-
CPFL Planalto Ltda.	171	-	46	-	-	-	(2.191)	-
Companhia Paulista de Força e Luz	29	-	4	-	-	-	124	134
Companhia Piratininga de Força e Luz	2	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Renováveis	27	-	2	3	-	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	-	-	(226)	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	11	-	-	-	-	-	-	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	252	217
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	-	-	-	61	-	-	-	15
<b>Contratos de Mútuos</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	30.044	-	-	1.190	60
CPFL Serv. Equip. Ind. e Com. S.A.	-	-	-	36.557	-	-	340	74
State Grid Power Participações S.A.	-	-	-	384.523	-	-	-	5.832
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	8.523	1.315	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	-	17.495	-	-	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Clion Comercialização de Energia Elétrica Ltda.	-	-	150	-	-	-	150	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	-	2
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	12	-	-	-	128
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	2	2	-	-	-	-
CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	-	118	-
Nect Serv. Infra Ltda	-	-	14	-	-	-	129	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
CPFL Sul Centr.Eléct.Ltda	4.617	4.617	-	-	-	-	-	-
CPFL BIOENERGIA S/A	2.415	2.550	1.953	1.941	-	(749)	34.623	27.729
Paulista Lajeado Energia S.A.	611	32	-	-	6.082	1.868	-	-
CPFL Bio Ipê Ltda.	-	-	1.596	1.585	-	-	24.345	19.770
CPFL Bio Buriti Ltda.	-	-	3.586	4.711	-	-	62.518	50.770
Campo dos Ventos I	-	-	2.190	1.984	-	-	24.353	23.382
Campo dos Ventos III	-	-	2.172	1.847	-	-	23.995	23.039
Campo dos Ventos V	-	-	1.950	1.827	-	-	20.951	22.523
Chimay Ltda	-	-	5.011	5.191	-	-	52.845	55.339
Mohini Ltda	19.413	19.534	-	-	-	-	51.176	48.295
Jayaditya Ltda	14.100	15.726	-	-	-	-	30.186	28.457
SPE Bio Alvorada S.A.	-	-	-	807	-	-	32.071	33.328
SPE Bio Coopcana S.A.	-	-	-	-	-	-	34.854	33.437
Ventos de Santo Dimas S.A.	-	-	2.869	2.500	-	-	30.800	29.571
São Benedito Energias S.A	-	-	2.640	2.423	-	-	30.083	28.881
Santa Mônica Energias S.A	-	-	2.580	2.257	-	-	27.935	26.795
Santa Úrsula Energias S.A	-	-	2.996	2.395	-	-	29.725	28.570
Ventos de São Martinho SA	-	-	1.308	1.253	-	-	15.221	14.634
São Domingos Energias S.A	-	-	2.153	1.945	-	-	23.995	23.019
CPFL Bio Ester Ltda.	-	-	-	-	-	-	15.131	14.516
CPFL Renováveis	-	5.749	-	-	4.410	35.177	-	3.977
SPE Solar 1 Energia S.A	8	-	98	69	-	-	444	425
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	542	-	-	-	6.383	-
<b>Adiantamentos de clientes</b>								
Jayaditya Empr. Part. Ltda	2.564	-	-	-	-	-	-	-

## (28) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	127.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	36.217
Garantia	Seguro Garantia	101.833
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
<b>Total</b>		<b>415.050</b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre a Companhia e suas controladas. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

## (29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível(*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
				Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	174.525	174.525	924.864	924.864
Mutuo com coligada e controladas		(a)	Nível 2	26.317	26.317	9.447	9.447
Títulos e valores mobiliários		(a)	Nível 1	-	-	108.121	108.121
Derivativos	29	(a)	Nível 2	29.165	29.165	29.165	29.165
				<b>230.007</b>	<b>230.007</b>	<b>1.071.597</b>	<b>1.071.597</b>
<b>Passivo</b>							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (**)	1.093.134	965.265	1.772.812	965.265
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(a)	Nível 2	233.103	233.103	233.103	233.103
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (**)	226.501	225.252	226.501	225.252
Derivativos	29	(a)	Nível 2	11.508	11.508	11.508	11.508
Mutuo com coligada e controladas		(a)	Nível 3	401.845	401.845	401.845	401.845
				<b>1.966.091</b>	<b>1.836.973</b>	<b>2.645.769</b>	<b>1.836.973</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 12.296 em 2021 (uma perda de R\$ 1.657 em 2020).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

### Legenda

#### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora; e

- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) consumidores e concessionárias a pagar.

Adicionalmente, não houve em 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating de pelo menos AA-, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para o período de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 14 e 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador dívida	Moeda / Indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo							
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	29.165	(4.799)	24.366	28.520	(4.153)	US\$ + 1,74% a 1,83%	CDI + 0,61% a 1,02%	fev/23 a dez/24	42.637
<b>Hedge variação índice de preços</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131		(6.709)	(6.709)	(92)	(6.617)	7,38%	CDI + 0,88%	06/2024	125000
<b>Total</b>	<b>29.165</b>	<b>(11.508)</b>	<b>17.657</b>	<b>28.427</b>	<b>(10.770)</b>				
<b>Circulante</b>	-	-							
<b>Não Circulante</b>	<b>29.165</b>	<b>11.508</b>							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas, vide notas 15 e 16.



A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>atualização monetária e marcação a mercado</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
<b>Derivativos</b>			
Para dívidas designadas a valor justo	22.992	5.436	28.428
Marcação a mercado (*)	914	(11.684)	(10.770)
	<b>23.906</b>	<b>(6.248)</b>	<b>17.657</b>

(\*) Os efeitos no resultado de 2021 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 11.684 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 14 e 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

<b>Risco protegido / operação</b>	<b>Ganho (Perda) no resultado</b>		<b>Ganho (Perda) no resultado abrangente</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Variação de taxas de juros	970	-	-	-
Variação cambial	5.136	216.585	-	-
Marcação a mercado	(11.685)	5.319	-	(2.150)
	<b>(5.580)</b>	<b>221.903</b>	<b>-</b>	<b>(2.150)</b>

### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

#### Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também

ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

### c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Consolidado				
	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(233.102)		(24.528)	39.880	104.287
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	238.450		25.091	(40.795)	(106.680)
	<b>5.348</b>	baixa dolar	<b>563</b>	<b>(915)</b>	<b>(2.393)</b>
<b>Total</b>	<b>5.348</b>		<b>563</b>	<b>(915)</b>	<b>(2.393)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>563</b>	<b>(915)</b>	<b>(2.393)</b>

(a) A taxa de cambio considerada em 31/12/2021 foi de R\$ 5,58 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 6,17 e a depreciação cambial de 10,52%, referente ao dólar em 31/12/2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

### c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Consolidado						
	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)			Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
			Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável		
Instrumentos financeiros ativos	296.957				36.199	45.249	54.299
Instrumentos financeiros passivos	(1.205.052)				(146.896)	(183.620)	(220.344)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(342.079)				(41.699)	(52.124)	(62.549)
	<b>(1.250.174)</b>	alta CDI	<b>4,40%</b>	<b>12,19%</b>	<b>(152.396)</b>	<b>(190.495)</b>	<b>(228.594)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.250.174)</b>				<b>(152.396)</b>	<b>(190.495)</b>	<b>(228.594)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>					-	-	-
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>(152.396)</b>	<b>(190.495)</b>	<b>(228.594)</b>

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

### d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contratos - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2021 e 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

#### **e) Análise de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2021	Nota explicativa	Consolidado					Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
Fornecedores	13	202.354	157	518	132.163	-	335.192
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	-	14.729	138.537	1.540.694	-	1.693.960
Derivativos	26	-	-	737	12.966	31	13.734
Debêntures - principal e encargos	16	1.989	-	12.555	252.807	-	267.351
Outros	19	11	-	-	-	-	11
Consumidores e concessionárias		11	-	-	-	-	11
<b>Total</b>		<b>204.354</b>	<b>14.886</b>	<b>152.347</b>	<b>1.938.630</b>	<b>31</b>	<b>2.310.248</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

#### **( 30 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

	Consolidado 31/12/2021
<b>Transações oriundas de combinações de negócios</b>	
Ativo contratual	4.102.531
Intangível adquirido por combinação de negócios	849.070
Empréstimos e financiamentos	(624.793)
Impostos diferidos	(243.368)
Outros passivos líquidos adquiridos por combinação de negócios	(521.538)
	<u>3.561.902</u>
Contraprestação paga com o caixa adquirido	478.405

## ( 31 ) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica.

Obrigações contratuais em 31/12/2021	Duração	Menos de 1			Mais de 5		Total
		ano	1-3 anos	4-5 anos	anos	anos	
Compra de energia	até 17 anos	1.829.924	2.845.894	2.608.950	9.229.157	16.513.925	
<b>Total</b>		<b>1.829.924</b>	<b>2.845.894</b>	<b>2.608.950</b>	<b>9.229.157</b>	<b>16.513.925</b>	

## ( 32 ) GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica.

### Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da Companhia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 26.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 26.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelo segmento de comercialização através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações.

**Risco de preço transmissoras:** O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL, através da receita anual permitida, e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

**Risco de mercado das comercializadoras:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, marcadas contra o preço de mercado da energia.

**Risco de mercado das transmissoras:** Os contratos de disponibilização do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL e ONS. O risco de mercado é quase inexistente, uma vez que a obrigação da Concessionária consiste em manter as instalações disponíveis para o transporte de energia, independentemente da quantidade de energia circulada.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2021 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

## Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## ( 33 ) EVENTOS SUBSEQUENTES

### Informações sobre a Oferta Pública de Ações (“OPA”)

Em fato relevante, divulgado em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia em atendimento ao disposto no artigo 157, § 4º, da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), e na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n. 44, de 23 de agosto de 2021, e em complemento aos fatos relevantes divulgados em 16 de julho de 2021, 14 de outubro de 2021, e aos comunicados ao mercado divulgados em 27 de setembro de 2021, 1 de outubro de 2021 e 12 de novembro de 2021, vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, por meio do Ofício no 93/2022/CVM/SRE/GER-1, foi concedido pela CVM, o registro e a autorização para a realização da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“OPA”).

O Edital da OPA será divulgado dentro do prazo de que trata o artigo 11 da Instrução CVM no 361, de 05 de março de 2002.



---

## DIRETORIA

---

**RICARDO MOTOYAMA DE ALMEIDA**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro

**FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

## CONTABILIDADE

---

**MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES**  
Coordenador de Serviços Contábeis  
CT CRC 1SP251528/O-0





KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí  
Edifício Dahruj Tower  
13024-001 - Campinas/SP - Brasil  
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil  
Telefone +55 (19) 3198-6000  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da  
CPFL Comercialização Brasil S.A.**  
*Campinas - SP*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Comercialização Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Comercialização Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas

profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Investimentos em participações societárias registrados pelo método da equivalência patrimonial

Veja as notas explicativas 2.3 e 11.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia detém participação societária em uma distribuidora de energia de capital aberto avaliada pelo método de equivalência patrimonial e influência significativa. Essa investida registra estimativa contábil crítica relevante, relacionado ao reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que em alguns casos superam o período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.</p> <p>Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa do reconhecimento da receita não faturada que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.</p> <p>Analizamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.</p> <p>Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.</p> <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de receita com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria.</p> <p>Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as</p>

	<p>normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>
--	--

**Mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, na aquisição da controlada Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T)**

Veja as notas explicativas 1 e 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

<b>Principal assunto de auditoria</b>	<b>Como auditoria endereçou esse assunto</b>
<p>A Companhia adquiriu participação acionária, em 2021, que resultou na aquisição do controle da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, contabilizada pelo método de aquisição nos termos do pronunciamento técnico CPC 15 (IFRS 3). A contabilização de tal aquisição requer o uso de estimativas pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, os quais estão sujeitos a um elevado grau de incerteza pois estão embasados em premissas tais como a definição da taxa de desconto, da taxa de crescimento e da projeção de receitas e margens operacionais.</p> <p>Devido ao alto grau de incerteza na determinação das premissas e da metodologia utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, bem como o impacto que eventuais alterações nas premissas pode ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do desenho e a implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos;</li> <li>• Leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas que fundamentaram aquisição do controle;</li> <li>• Análise, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da metodologia utilizada para mensuração a valor justo da participação adquirida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliação das premissas utilizadas, confrontando-as com informações de mercado, e também dos cálculos efetuados pela Companhia;</li> <li>• Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando as informações relevantes.</li> </ul> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, os quais não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos no contexto das demonstrações individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Campinas, 17 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP027612/O-4

Fábio Antonio

Contador CRC 1SP255184/O-6